

Nova proposta para a dívida causa confusão

O plano de negociação da dívida externa incluirá a proposta de capitalização integral dos juros da dívida aos bancos oficiais e da metade dos juros devidos aos bancos oficiais. Essa revelação foi feita pelo ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira na reunião de terça-feira à noite com parlamentares do PMDB, segundo o relato feito ontem por um deputado com sólida formação em assuntos econômicos.

A proposta, se confirmada, significa uma inversão total no curso empreendido pelas autoridades brasileiras à questão desde a moratória, já que significaria a retomada de pagamento de pelo menos metade dos juros aos bancos privados e a suspensão total do pagamento dos juros da dívida com as agências oficiais. Hoje, o Brasil não paga a banco privado e mantém os pagamentos aos bancos do governo.

Essa mesma informação foi divulgada ontem em telegramas despachados de Brasília por agências noticiosas estrangeiras. Citando o porta-voz oficial Antonio Frota Netto, a UPI informou que o Brasil retomaria os pagamentos aos bancos privados e pediria aos credores oficiais o refinanciamento de 100% dos juros da dívida com bancos oficiais. A notícia, que provocou certo entusiasmo entre os bancos estrangeiros, acabou sendo desmentida pelo porta-voz. "Eu não falei isto a ninguém." A UPI também citando Frota disse que em 30 dias este plano será apresentado aos credores.

"Bresser foi muito enfático sobre isso. Disse que o plano de renegociação a ser apresentado significaria a retomada de pagamentos parciais aos bancos privados e a suspensão negociada dos juros aos bancos oficiais", relatou o deputado presente à reunião. Um dos parlamentares perguntou o que isto significaria de comprometimento das exportações brasileiras, mas o ministro não quis fazer projeções. Entre os deputados, alguns resolve-

ram fazer cálculos. Partindo da premissa de que dos US\$ 60 bilhões dos juros com os bancos privados US\$ 15 bilhões são da dívida de curto prazo, a dívida de médio e longo prazo seria de US\$ 45 bilhões. Imaginando uma taxa de juros em média de 10 pontos percentuais, os deputados concluíram que o Brasil pagaria de US\$ 4 a US\$ 5 bilhões por ano de juros, ou seja, 20% das exportações brasileiras. Bresser não confirmou os números mas disse que seus assessores estão atualmente trabalhando nas projeções e nas simulações para incluir no plano de negociação da dívida. Informou também que o Brasil quer pagar o *spread* pago pela Argentina de 0,81%.

O chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Luís Álvaro Oliveira, afirmou, confrontado com estas informações, que não existe plano pronto e que "há ainda muito chão pela frente". Confirma que a idéia do ministro é, depois de pronto o plano, discutir o assunto com vários setores como o político e acadêmico, mas antes de tudo levará o plano ao Presidente da República. O porta-voz do presidente, no entanto, segundo outra agência internacional, disse ontem que "se estas condições forem aceitas pelos banqueiros e organismos internacionais como o Fundo Monetário e o Clube de Paris, o Brasil estaria disposto a cancelar a moratória decretada em fevereiro".

A idéia de retomar o pagamento dos juros é negada enfaticamente por fonte categorizada da assessoria de Bresser Pereira. "Nós queremos é conseguir algum dinheiro complementar dos bancos, por isto não faz sentido prometer agora o pagamento de metade dos juros. A moratória não será suspensa, pelo menos não há nenhuma decisão sobre isto". Quanto aos bancos oficiais, o alto funcionário do Ministério da Fazenda concorda que a idéia é manter o *cash flow* equilibrado. O Brasil pagaria o mesmo montante que receberia em recursos.